



20
25

Demonstrações contábeis
Itaú Seguros S.A.

30 de junho de 2025



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

**Shape the future
with confidence**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Diretores e Acionistas da
Itaú Seguros S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Itaú Seguros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Seguros S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



**Shape the future
with confidence**

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui obrigações oriundas de suas apólices de seguros e contratos de previdência que estão registrados nas rubricas “Provisões técnicas – Seguros e Previdência” demonstradas nas notas explicativas n.ºs. 2 (c.VII), 4 (e.III) e 4 (e.IV) das demonstrações financeiras intermediárias. A determinação dos valores de provisões técnicas das apólices de seguros e contratos de previdência envolve julgamento relevante da administração na elaboração de metodologias para a mensuração dessas provisões, com base em premissas determinadas e suportadas pelas informações e experiência da equipe atuarial da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) atualização dos nossos entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade, (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas das apólices de seguro e contratos de previdência firmadas pela Companhia; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela administração da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as Provisões Técnicas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas referidas notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com



**Shape the future
with confidence**

base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de agosto de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O

Paula Colodete Lucas
Contadora CRC- SP290864/O

Itaú Seguros S.A.

Relatório da Administração – 2025

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Itaú Seguros S.A. relativos aos períodos de 30/06/2025 e 31/12/2024 para contas patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2025 e de 2024 para resultado, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1.1 Mercado de Seguridade

No período de janeiro a maio de 2025 o faturamento do conjunto dos mercados supervisionados pela SUSEP apresentou queda de 0,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, com cerca de R\$ 174,4 bilhões em vendas de seguros (prêmios emitidos), previdência (contribuição) e capitalização (arrecadação) devido aos menores valores no segmento de previdência (-R\$ 6,7 bilhões).

No acumulado de janeiro a maio de 2025, a participação do mercado brasileiro de seguros, previdência e capitalização no PIB ⁽¹⁾ foi de 3,4%, uma redução de 0,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em maio de 2025, o total das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização atingiu R\$ 1,9 trilhão, apresentando aumento de 12,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

1.2 Mercado Brasileiro de Seguros

No acumulado de janeiro a maio de 2025, os prêmios ganhos do mercado brasileiro atingiram R\$ 67,6 bilhões (líquidos de resseguro), com aumento de 9,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi influenciado, principalmente, pelos ramos de vida e acidentes pessoais, prestamista e grandes riscos.

O índice de sinistralidade ⁽²⁾ do mercado de seguros alcançou 38,3% no acumulado de janeiro até maio de 2025, com redução de 1,9 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

As provisões técnicas de seguros atingiram R\$ 239,9 bilhões, aumento de 11,5% em relação a maio de 2024.

2. Desempenho

2.1 Resultados

Variações de 1º de janeiro a 30 de junho de 2025:

O lucro líquido atingiu R\$ 1,0 bilhão, um aumento de 23,1% em relação ao mesmo período de 2024, decorrente do aumento de 15,7% dos prêmios ganhos, principalmente como consequência das maiores vendas no ramo prestamista, vida e habitacional.

O índice combinado ⁽³⁾ foi de 58,2%, reduzindo 3,6 p.p. em relação ao mesmo período de 2024.

2.2 Patrimonial

Variações de 30 de junho de 2025 em relação a 31 de dezembro de 2024:

O total de ativos alcançou R\$ 12,6 bilhões, aumento de 12,7%, decorrente do crescimento de aplicações financeiras e do aumento de prêmios a receber.

O patrimônio líquido totalizou R\$ 4,3 bilhões, aumento de 32,9%, em função da integralização do lucro no período.

As provisões técnicas somaram R\$ 5,8 bilhões, aumento de 8,9%, principalmente relacionadas a provisão de prêmios não ganhos (PPNG), decorrente do crescimento dos prêmios emitidos no período.

3. Negócios

Segundo dados da SUSEP, representamos 4,4% de participação no mercado no acumulado de janeiro a maio de 2025 de prêmios ganhos. Nosso negócio de seguros atua, principalmente, na oferta de produtos massificados de Vida e Acidentes Pessoas, Prestamista, Habitacional e Cartão Protegido.

Visando o melhor atendimento e experiência de nossos clientes, estamos sempre buscando soluções que atendam as demandas dos nossos clientes em todos os nossos canais de atendimento.

4. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, conforme disposto no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 25 de agosto de 2025.

A Administração

(1) O percentual de participação no PIB para cada um dos mercados supervisionados é definido como a relação entre o volume de receitas do respectivo mercado e o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil a partir da estimativa do PIB mensal do Banco Central (BACEN).

(2) Obtido por meio da divisão dos sinistros retidos pelos prêmios ganhos líquidos de resseguro.

(3) O índice combinado é a soma dos sinistros retidos, despesas de comercialização (custo de aquisição), despesas administrativas, outras receitas e despesas operacionais, resultado com operações de resseguros e despesas tributárias dividida pelos prêmios ganhos mais operações de previdência. Quanto menor o indicador, melhor é o desempenho operacional.

Itaú Seguros S.A.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Eduardo Nogueira Domeque

Diretores

Andre Balestrin Cestare

Carlos Henrique Donegá Aidar

Lineu Carlos Ferraz de Andrade

Rita Rodrigues Ferreira Carvalho

Vinicius Santana

Atuária

Bianca Oliveira Lamounier Castello

MIBA 1694

Contador

Arnaldo Alves dos Santos

CRC 1SP210058/O-3

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 12° andar - Parque Jabaquara - São Paulo - SP

Itaú Seguros S.A.**Balço Patrimonial***(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Circulante		8.122.749	7.069.073
Disponível - Caixa e Bancos	2c II	9.308	2.393
Aplicações	2c III, 3	4.911.483	4.361.093
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		2.225.854	1.898.949
Prêmios a Receber	4e I	2.212.393	1.891.937
Operações com Seguradoras		10.006	5.364
Operações com Resseguradoras		3.455	1.648
Outros Créditos Operacionais		901	895
Ativos de Resseguros e Retrocessão		20.884	16.317
Títulos e Créditos a Receber		242.829	162.246
Títulos e Créditos a Receber		204.216	150.744
Créditos Tributários e Previdenciários	2c VI, 7b	37.789	11.323
Outros Créditos		824	179
Outros Valores e Bens - Outros Valores		13.462	38
Despesas Antecipadas		7.868	9.179
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	2c VII, 4f	690.160	617.963
Ativo Não Circulante		4.508.020	4.137.459
Realizável a Longo Prazo		2.343.939	1.984.192
Aplicações	2c III, 3	365.902	346.209
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros - Prêmios a Receber	4e I	535.229	420.258
Ativos de Resseguros e Retrocessão		16.203	14.174
Títulos e Créditos a Receber		1.090.009	870.188
Créditos Tributários e Previdenciários	2c VI, 7b	317.618	347.395
Depósitos Judiciais e Fiscais	5	666.098	423.930
Outros Créditos Operacionais		106.293	98.863
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	2c VII, 4f	336.596	333.363
Investimentos		98.845	97.360
Participações Societárias		77.835	75.595
Imóveis Destinados à Renda		20.802	21.557
Outros Investimentos		208	208
Imobilizado		114.265	104.802
Imóveis de Uso Próprio		78.993	74.774
Bens Móveis		6	1
Outras Imobilizações		35.266	30.027
Intangível	2c IV	1.950.971	1.951.105
Outros Intangíveis		1.950.971	1.951.105
Total do Ativo		12.630.769	11.206.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaú Seguros S.A.**Balanco Patrimonial***(Em milhares de reais)*

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Circulante		5.081.038	4.831.912
Contas a Pagar		693.021	826.126
Obrigações a Pagar		161.594	60.018
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		21.610	19.682
Encargos Trabalhistas		3.283	2.548
Impostos e Contribuições	2c VI	500.952	743.878
Outras Contas a Pagar		5.582	-
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	2c VII	653.750	642.927
Prêmios a Restituir		-	54.735
Operações com Seguradoras		7.246	2.242
Operações com Resseguradoras		31.097	28.741
Corretores de Seguros e Resseguros		609.728	542.372
Outros Débitos Operacionais		5.679	14.837
Depósitos de Terceiros	4e VII	6.238	6.901
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	4e III, 4e IV, 2c VII	3.727.814	3.355.743
Danos		402.978	402.174
Pessoas		3.284.641	2.913.778
Vida Individual		39.363	38.895
Vida com Cobertura por Sobrevivência		832	896
Outros Débitos - Outros Valores		215	215
Passivo Não Circulante		3.294.891	3.172.588
Contas a Pagar		849.355	845.837
Obrigações a Pagar		105	141
Tributos Diferidos	2c VI, 7b	849.250	845.696
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	2c VII	74.484	68.335
Corretores de Seguros e Resseguros		74.484	68.335
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	4e III, 4e IV, 2c VII	2.112.272	2.005.363
Danos		82.013	80.688
Pessoas		1.704.628	1.602.324
Vida com Cobertura por Sobrevivência		325.631	322.351
Outros Débitos - Provisões Judiciais	2c VIII, 5	258.780	253.053
Patrimônio Líquido	8	4.254.840	3.202.032
Capital Social		1.796.567	1.796.567
Aumento de Capital em Aprovação		280.000	-
Reservas de Capital		109.756	109.124
Reservas de Lucros		2.839.146	2.087.706
Outros Resultados Abrangentes		(770.629)	(791.365)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		12.630.769	11.206.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaú Seguros S.A.**Demonstração do Resultado***(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)*

	Nota	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024
Operações de Seguros		1.907.944	1.530.029
Prêmios Emitidos	4e II, 10b II	3.732.870	3.074.348
Varição das Provisões Técnicas de Prêmios		(438.016)	(225.737)
Prêmios Ganhos		3.294.854	2.848.611
Sinistros Ocorridos	6a	(502.059)	(521.078)
Custos de Aquisição	6b	(846.293)	(746.082)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(31.854)	(39.828)
Resultado com Operações de Resseguro		(6.704)	(11.594)
Operações de Previdência		(6)	(52)
Rendas de Contribuições e Prêmios	10b II	6.350	7.724
Constituição da Provisão de Benefício a Conceder		(6.263)	(7.519)
Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL		87	205
Varição de Outras Provisões Técnicas		(92)	(232)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(1)	(25)
Despesas Administrativas	6c	(396.845)	(334.249)
Despesas com Tributos		(135.447)	(109.865)
Resultado Financeiro	6d	265.241	242.409
Resultado Patrimonial		23.056	21.911
Resultado Operacional		1.663.943	1.350.183
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		7.461	31.503
Resultado Antes dos Impostos e Participações		1.671.404	1.381.686
Imposto de Renda	7a	(392.242)	(334.075)
Contribuição Social	7a	(243.666)	(205.398)
Participações sobre o Lucro		(3.310)	(3.905)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		1.032.186	838.308
Quantidade de Ações	8a	138.081.175	138.081.175
Lucro Líquido / (Prejuízo) por Ação - R\$		7,48	6,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaú Seguros S.A.**Demonstração do Resultado Abrangente***(Em milhares de reais)*

	Nota	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024
Lucro Líquido / (Prejuízo)		1.032.186	838.308
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		20.747	(90.320)
Varição de Valor Justo		34.666	(150.364)
Efeito Fiscal		(13.866)	60.145
Coligadas / Controladas		(53)	(101)
<i>Hedge</i>		(67)	132
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa		(67)	132
Coligadas / Controladas		(67)	132
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego		(44)	(82)
Coligadas / Controladas		(44)	(82)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		100	(117)
Total de Outros Resultados Abrangentes		20.736	(90.387)
Total do Resultado Abrangente		1.052.922	747.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itaú Seguros S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
					Legal	Estatutária			
Saldos em 01/01/2024		1.796.567	-	107.924	359.313	2.217.849	(748.796)	-	3.732.857
Dividendos		-	-	-	-	(800.000)	-	-	(800.000)
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações		-	-	635	-	-	-	-	635
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	-	(90.387)	838.308	747.921
Lucro Líquido / (Prejuízo)		-	-	-	-	-	-	838.308	838.308
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	(90.320)	-	(90.320)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego		-	-	-	-	-	(82)	-	(82)
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior		-	-	-	-	-	(117)	-	(117)
Ganhos e Perdas - <i>Hedge</i>		-	-	-	-	-	132	-	132
Destinações									
Reservas		-	-	-	-	838.308	-	(838.308)	-
Saldos em 30/06/2024	8	1.796.567	-	108.559	359.313	2.256.157	(839.183)	-	3.681.413
Mutações do Período		-	-	635	-	38.308	(90.387)	-	(51.444)
Saldos em 01/01/2025		1.796.567	-	109.124	359.313	1.728.393	(791.365)	-	3.202.032
Aumento de Capital	8a	-	280.000	-	-	(280.000)	-	-	-
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações		-	-	632	-	-	-	-	632
Outros		-	-	-	-	(746)	-	-	(746)
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	-	20.736	1.032.186	1.052.922
Lucro Líquido / (Prejuízo)		-	-	-	-	-	-	1.032.186	1.032.186
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	20.747	-	20.747
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego		-	-	-	-	-	(44)	-	(44)
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior		-	-	-	-	-	100	-	100
Ganhos e Perdas - <i>Hedge</i>		-	-	-	-	-	(67)	-	(67)
Destinações									
Reservas		-	-	-	51.609	980.577	-	(1.032.186)	-
Saldos em 30/06/2025	8	1.796.567	280.000	109.756	410.922	2.428.224	(770.629)	-	4.254.840
Mutações do Período		-	280.000	632	51.609	699.831	20.736	-	1.052.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaú Seguros S.A.**Demonstração dos Fluxos de Caixa***(Em milhares de reais)*

	Nota	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado		1.042.913	832.525
Lucro Líquido / (Prejuízo)		1.032.186	838.308
Ajustes para:		10.727	(5.783)
Depreciações e Amortizações		3.461	4.174
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(13.456)	(10.604)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões		14.661	5.416
Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências		1.906	(14.155)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(2.420)	(3.501)
Tributos Diferidos		5.533	13.841
Outros		1.042	(954)
Variação nas Contas Patrimoniais		(139.518)	747.961
Ativos Financeiros		(535.416)	98.461
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros		(509.917)	(147.883)
Ativos de Resseguros e Retrocessão		(6.596)	15.001
Depósitos Judiciais e Fiscais		(228.712)	(4.763)
Despesas Antecipadas		1.311	535
Outros Ativos		(98.344)	(6.222)
Outras Contas a Pagar		753.707	494.952
Débitos de Operações com Seguros, Resseguros e Previdência		16.972	65.742
Depósitos de Terceiros		(663)	11.854
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência		478.980	229.745
Outros Passivos		(10.840)	(9.461)
Caixa Gerado / (Consumido) pelas Operações		903.395	1.580.486
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		3.443	3.922
Imposto sobre o Lucro Pagos		(886.848)	(781.544)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades Operacionais		19.990	802.864
Alienação de Investimento e Imóveis Destinados à Renda		-	1.566
Alienação de Imobilizado		200	162
(Aquisição) de Imobilizado		(13.275)	(410)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Investimento		(13.075)	1.318
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		-	(800.000)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Financiamento		-	(800.000)
Aumento / (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2c II	6.915	4.182
Caixa e equivalente de caixa no início do período		2.393	9.099
Caixa e equivalente de caixa no final do período		9.308	13.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaú Seguros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30/06/2025 e 31/12/2024 para Contas Patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2025 e 2024 para Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Itaú Seguros S.A. (ITAÚ SEGUROS ou empresa) é uma empresa do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, com atuação em todas as regiões do país e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar seguros dos ramos de pessoas e danos, conforme definido na legislação vigente.

O principal acionista da ITAÚ SEGUROS é a Itauseg Participações S.A. (ITAUSEG PART) com participação de 99,99%, empresa participante do Conglomerado Itaú Unibanco.

As operações da ITAÚ SEGUROS são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de agosto de 2025.

Nota 2 - Políticas Contábeis Materiais

a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras da empresa foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As informações nas demonstrações financeiras e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determina a Circular nº 648/2021 e alterações posteriores, os ativos financeiros mantidos com objetivo de negociação (Notas 2c III, 3a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

I - Aplicáveis para o Período Findo em 30 de junho de 2025

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período.

II - Aplicáveis em Períodos Futuros

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis em períodos futuros.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas da ITAÚ SEGUROS. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras da empresa estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

II - Caixa e Equivalentes de Caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível - Caixa e Bancos.

III - Ativos e Passivos Financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a forma como a entidade faz a gestão de seus instrumentos financeiros e as características de seus fluxos de caixa.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

- **Custo Amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os títulos públicos, conforme estudo efetuado pela ITAÚ SEGUROS, são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1.

III.I - Ativos Financeiros Mensurado ao Valor Justo

Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos.

O ajuste a valor justo de ativos e passivos financeiros é reconhecido: no Patrimônio Líquido para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou na Demonstração Consolidada do Resultado, para demais ativos e passivos financeiros.

Para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, é utilizado o custo médio, os quais são registrados na Demonstração do Resultado.

As principais premissas consideradas na estimativa do valor justo são: base de dados históricos, informações de transações similares, taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros.

III.II - Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, acrescido dos ajustes efetuados pelo método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

III.III - Instrumentos Patrimoniais

As ações e cotas são classificadas ao valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais são contabilizados na Demonstração do Resultado.

Valor Justo

Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos. A empresa classifica estas informações conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração do valor justo:

Nível 1: Informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos.

Nível 2: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo; (iv) informações que são derivadas principalmente de dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas.

IV - Intangível

O ágio é gerado nas combinações de negócios e aquisições de participações societárias em coligadas e entidades controladas em conjunto. Representa os benefícios econômicos futuros esperados com a operação que não são individualmente identificados nem separadamente reconhecidos, não sendo amortizado.

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos adquiridos ou desenvolvidos internamente. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo após o reconhecimento inicial e amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada.

V - Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos não financeiros

O valor recuperável dos investimentos em coligadas, ativos de direito de uso, imobilizados, ágios e ativos intangíveis é avaliado semestralmente ou quando existe indicativo de perda. A avaliação é realizada individualmente por classe de ativo sempre que possível ou por unidade geradora de caixa (UGC).

A depender da classe do ativo, o valor recuperável é estimado utilizando, principalmente as metodologias de Fluxo de Caixa Descontado, Múltiplos e Fluxo de Dividendos, utilizando uma taxa de desconto que geralmente reflete variáveis financeiras e econômicas, como a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco.

A avaliação do valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre a expectativa dos fluxos de caixa futuros dos ativos individuais ou das UGC, conforme o caso.

VI - Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

VII - Contratos das Operações de Seguro e Previdência Privada

Contratos de seguros estabelecem para uma das partes, mediante pagamento (prêmio) pela outra parte, a obrigação de pagar, a esta, determinada importância, no caso de ocorrência de um sinistro. O risco de seguro é definido quando um evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, independente da vontade do segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vigência mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Os planos de Previdência Privada referem-se a contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos

especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros pode ser encontrada na Nota 4.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela proporção de proteção de seguro fornecido, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e despesas de comercialização diferidas. Os juros decorrentes do fracionamento de prêmios de seguros são contabilizados quando incorridos.

A empresa constitui, caso haja evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, uma provisão suficiente para cobrir tal perda, com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas.

Resseguros

No curso normal dos negócios, a empresa ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente, riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade, que entende serem apropriados para cada segmento e produto, e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Esses contratos permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador.

A administração exerce seu julgamento na avaliação ao valor recuperável dos recebíveis de resseguros, com base na sua experiência e rating dos resseguradores.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos são lançados diretamente no resultado quando incorridos, com exceção dos custos de aquisição diferidos (comissões pagas aos corretores, agenciamento e angariação), que são lançados proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo correspondente ao contrato de seguro.

Provisões Técnicas

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da empresa para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência da ITAÚ SEGUROS, em avaliações comparativas e na experiência do atuário e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial.

Teste de Adequação do Passivo

A ITAÚ SEGUROS agrupou os produtos em: Acessórios, Acidentes Pessoais, Benefícios Definidos, PGBL/VGBL, Tradicional e Vida em Grupo. As políticas contábeis de compensação dos resultados do Teste de Adequação de Passivos e reconhecimento das mudanças na Taxa de Juros em Outros Resultados Abrangentes.

A empresa realiza, semestralmente, o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro e planos de previdência privada vigentes na data base do teste.

Caso a análise demonstre insuficiência esta será contabilizada no resultado do período quando proveniente de alterações no risco não financeiro de seguros e em outros resultados abrangentes, quando decorrente de mudanças na taxa de juros (ETTJ).

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 4.

VIII - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões e passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais. O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações:

- Provável: é constituída provisão.
- Possível: nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes são divulgados nas Demonstrações Contábeis.
- Remota: nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas Demonstrações Contábeis.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

As provisões cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias, garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros, em que há liquidez, são reconhecidas quando da notificação judicial, simultaneamente com os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

IX - Receitas e Despesas

As receitas de prêmio dos contratos de seguros são reconhecidas quando da vigência do risco, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices por meio da constituição/reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG e despesas de comercialização diferidas. As contribuições recebidas de participantes de planos de previdência privada são reconhecidas no resultado do exercício, quando efetivamente recebidas pela empresa. O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo e é recolhido simultaneamente ao prêmio.

Nota 3 - Aplicações

A política contábil sobre ativos e passivos financeiros está apresentada na Nota 2c III.

As operações realizadas entre partes relacionadas estão detalhadas na Nota 9a.

a) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado

	Taxa Média a.a.	30/06/2025	31/12/2024
		Valor Justo	Valor Justo
Fundos de Investimentos		4.336.819	3.733.258
Ações		6.538	10.199
Compromissadas		1.543.681	949.537
Contas a Receber / (Pagar)		2.948	4.930
Debêntures		5.944	7.051
Derivativos		998	711
Cotas de Fundos de Investimentos		68.343	158.566
Letras Financeiras		181.851	146.543
Letras Financeiras do Tesouro		2.185.196	2.099.776
Letras do Tesouro Nacional		43.824	21.805
Notas do Tesouro Nacional		297.496	334.140
Títulos de Empresas		144.249	210.640
Certificados de Recebíveis Imobiliários		611	988
Debêntures	CDI 1,82%	117.268	166.042
Letras Financeiras		2.299	-
Notas de Crédito	CDI 1,56%	24.071	43.610
Total		4.481.068	3.943.898
Circulante		4.481.068	3.943.898
Não Circulante		-	-

b) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

	Taxa Média a.a.	30/06/2025			31/12/2024	
		Custo	Ajuste ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)	Perda Esperada	Valor Justo	Valor Justo
Títulos Públicos do Governo Brasileiro		338.758	(32.045)	-	306.713	302.056
Notas do Tesouro Nacional	IPCA 6%	338.758	(32.045)	-	306.713	302.056
Títulos de Empresas		1.680.852	(1.250.437)	-	430.415	403.871
Total		2.019.610	(1.282.482)	-	737.128	705.927
Circulante					430.415	417.195
Não Circulante					306.713	288.732

c) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado

	Taxa Média a.a.	30/06/2025		31/12/2024	
		Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro		59.189	-	59.189	57.477
Notas do Tesouro Nacional	IPCA 6 %	59.189	-	59.189	57.477
Total		59.189	-	59.189	57.477
Circulante			-		-
Não Circulante		59.189			57.477

Os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado, se avaliados a valor justo, apresentariam em 30/06/2025 um ajuste ao valor justo não contabilizado no valor de R\$ 3.803 (R\$ 5.008 em 31/12/2024).

d) Movimentação das Aplicações

	30/06/2025			31/12/2024	
	Valor Justo por meio do Resultado	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Custo Amortizado	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	3.943.898	705.927	57.477	4.707.302	5.003.506
Aplicações	2.272.161	-	-	2.272.161	5.008.555
Resgate de Principal	(1.993.500)	(23.445)	(1.698)	(2.018.643)	(5.703.675)
Resultado Financeiro	258.509	19.980	3.410	281.899	469.633
Ajustes ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)	-	34.666	-	34.666	(70.717)
Saldo Final	4.481.068	737.128	59.189	5.277.385	4.707.302

e) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos níveis de hierarquia do Valor Justo.

	30/06/2025				31/12/2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Valor Justo por meio do Resultado	64.781	4.416.287	-	4.481.068	93.305	3.850.593	-	3.943.898
Fundos de Investimentos	-	4.336.819	-	4.336.819	-	3.733.258	-	3.733.258
Títulos Públicos	64.781	79.468	-	144.249	93.305	117.335	-	210.640
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	737.128	-	-	737.128	705.927	-	-	705.927
Títulos Públicos	306.713	-	-	306.713	302.056	-	-	302.056
Títulos de Empresas	430.415	-	-	430.415	403.871	-	-	403.871

f) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna ⁽¹⁾	30/06/2025				31/12/2024			
	Valor Justo por meio do Resultado	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Custo Amortizado	Total	Valor Justo por meio do Resultado	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Custo Amortizado	Total
Baixo	4.481.068	737.128	59.189	5.277.385	3.943.898	705.927	57.477	4.707.302
Médio	-	-	-	-	-	-	-	-
Alto	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.481.068	737.128	59.189	5.277.385	3.943.898	705.927	57.477	4.707.302
%	84,9%	14,0%	1,1%	100,0%	83,8%	15,0%	1,2%	100,0%

1) Demonstra correspondência entre os níveis atribuídos pelos modelos internos do grupo e a probabilidade de inadimplência (PD): (a) baixo PD menor ou igual a 4,44%, (b) médio PD maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95% e (c) alto PD maior que 25,95%.

Nota 4 - Contratos das Operações de Seguro e Previdência Privada

A política contábil sobre contratos das operações de seguros e previdência privada está apresentada na Nota 2c VII.

A empresa oferece ao mercado os produtos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais eletrônicos e agências do Itaú Unibanco, conforme exigências regulatórias, emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

a) Seguros

Contrato firmado entre partes visando proteger os bens do cliente, que mediante o pagamento de prêmio, fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, a empresa, constitui provisões técnicas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pela empresa se dividem em seguros elementares e seguros de vida:

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida.
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

b) Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência

- Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, através de investimentos feitos a longo prazo, cujo produto é denominado VGBL.

c) Divulgação das tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados

Os principais produtos de seguros comercializados estão atrelados à tábua atuarial AT 83 e intervalo de carregamento de 35% a 43%.

d) Provisões Técnicas

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** - constituída com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer. No cálculo, considera-se o prazo a decorrer tanto dos riscos assumidos e emitidos quanto dos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) nas apólices ou endossos dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata die*.

- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, quando aplicável. Abrange valores relativos às indenizações e benefícios, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais. Quando necessário, deve contemplar ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.

- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Abrange valores relativos a indenizações, benefícios e rendas considerando os montantes referentes às ações judiciais. A metodologia de cálculo é realizada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de *run-off*, com base no comportamento histórico observado.

- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização.

- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento.

- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.

- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** - constituída para cobertura dos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência.

- **Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples (PDR) e Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização e Repartição de Capitais por Cobertura (PDC)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer, sendo segregadas conforme o regime financeiro do produto.

e) Principais informações relativas às operações

I - Prêmios a Receber e Redução ao Valor Recuperável, considerando os Prazos Médios de Vencimento

	Vincendos		Vencidos		Redução ao Valor Recuperável		Total	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
de 1 a 30 dias	498.561	426.222	19.790	18.221	(11.654)	(11.578)	506.697	432.865
de 31 a 60 dias	261.048	228.094	11.106	8.447	(10.652)	(7.985)	261.502	228.556
de 61 a 120 dias	450.151	414.318	8.379	7.108	(7.855)	(6.738)	450.675	414.688
de 121 a 180 dias	375.871	306.833	1.093	1.025	(1.066)	(1.022)	375.898	306.836
de 181 a 365 dias	617.187	508.714	1.104	749	(670)	(471)	617.621	508.992
superior a 365 dias	534.869	419.730	3.734	3.980	(3.374)	(3.452)	535.229	420.258
Total	2.737.687	2.303.911	45.206	39.530	(35.271)	(31.246)	2.747.622	2.312.195

Critérios de Parcelamento

A Seguradora utiliza como prazo médio de parcelamento na comercialização os seguintes critérios:

Seguro de Pessoas

Seguros dos ramos de Vida, Acidentes Pessoais e Prestamistas direcionados a Pessoas Físicas ou Jurídicas com pagamento de prêmio único ou prêmio mensal.

Seguros Patrimoniais

Seguros direcionados a Pessoas Jurídicas com pagamento de prêmio único ou parcelado em 1+11 vezes.

II - Prêmios a Receber - Movimentação

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo Inicial - 01/01	2.312.195	1.850.512
Prêmios Emitidos Líquidos	3.731.972	6.591.534
Recebimentos	(3.297.364)	(6.167.822)
Redução ao Valor Recuperável ((Constituição) / Reversão)	(4.025)	20.788
Prêmios-Riscos Vigentes não Emitidos	4.844	17.183
Saldo Final	2.747.622	2.312.195

Não considera os prêmios de cosseguos cedido em Prêmios Emitidos Líquidos e Prêmios-Riscos Vigente não Emitidos no montante de R\$ 3.946 (R\$ 8.195 em 31/12/2024).

III - Saldo das Provisões Técnicas

	30/06/2025			31/12/2024		
	Seguros ⁽¹⁾	Previdência	Total	Seguros ⁽¹⁾	Previdência	Total
Prêmios não Ganhos (PPNG)	4.813.962	-	4.813.962	4.376.027	-	4.376.027
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC)	14.077	325.631	339.708	13.969	322.351	336.320
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	72.531	682	73.213	20.093	744	20.837
Sinistros a Liquidar (PSL)	370.295	-	370.295	383.994	-	383.994
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	215.336	-	215.336	215.598	-	215.598
Despesas Relacionadas (PDR/PDC)	27.422	150	27.572	28.178	152	28.330
Total	5.513.623	326.463	5.840.086	5.037.859	323.247	5.361.106
Circulante			3.727.814			3.355.743
Não Circulante			2.112.272			2.005.363

1) Não contempla as provisões técnicas de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, que são alocadas na coluna de previdência.

IV - Movimentação das Provisões Técnicas

	30/06/2025			31/12/2024		
	Seguros ⁽¹⁾	Previdência	Total	Seguros ⁽¹⁾	Previdência	Total
Saldo Inicial - 01/01	5.037.859	323.247	5.361.106	4.311.956	323.937	4.635.893
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	3.732.870	6.350	3.739.220	6.600.522	14.096	6.614.618
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(3.294.854)	-	(3.294.854)	(5.893.611)	-	(5.893.611)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(493.440)	(849)	(494.289)	(968.778)	(1.957)	(970.735)
(+) Sinistros avisados	464.928	-	464.928	959.171	-	959.171
(-) Resgates	-	(13.065)	(13.065)	-	(23.288)	(23.288)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	(6.983)	(6.983)	-	(13.187)	(13.187)
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	15.070	17.780	32.850	22.274	23.755	46.029
(+/-) Outras (Constituição / (Reversão))	51.190	(17)	51.173	6.325	(109)	6.216
Saldo Final	5.513.623	326.463	5.840.086	5.037.859	323.247	5.361.106

1) Não contempla as provisões técnicas de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, que são alocadas na coluna de previdência.

V - Ativos Garantidores em Cobertura das Provisões Técnicas

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	30/06/2025	31/12/2024
Total das Provisões Técnicas	5.840.086	5.361.106
(-) Direitos Creditórios ⁽¹⁾	(2.265.584)	(1.891.180)
(-) Valores em Trânsito	(54)	-
(-) Carregamento de Comercialização - demais ramos ⁽²⁾	(313.626)	(308.957)
(-) Resseguros ⁽²⁾	(4.659)	(4.734)
Montante a ser Garantido	3.256.163	3.156.235
Títulos Públicos	144.660	359.533
Fundos de Investimentos	3.486.067	2.872.143
Títulos de Empresas	-	179.924
Garantias das Provisões Técnicas	3.630.727	3.411.600
Cobertura Excedente	374.564	255.365

1) Apurado com base na rubrica Prêmios a Receber, líquido das parcelas cedidas em cosseguos e resseguros, quando aplicável.

2) Conforme legislação em vigor as sociedades seguradoras podem deduzir do total das provisões técnicas constituídas as parcelas de prêmios e de sinistros transferidas a terceiros em operações de resseguros e retrocessão, como também, os custos de aquisição diferidos.

VI - Índices

Principais Ramos de Seguros	Comercialização % ⁽¹⁾		Sinistralidade % ⁽¹⁾	
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024
Acidentes Pessoais Coletivo	31,0%	31,6%	13,4%	18,4%
Acidentes Pessoais Individual	18,1%	18,3%	46,2%	37,8%
Prestamista	20,2%	20,9%	13,6%	15,3%
Rendas Eventos Aleatórios	24,5%	24,2%	14,5%	18,5%
Riscos Diversos	41,5%	42,4%	9,3%	12,5%
Habitacional	20,1%	20,4%	12,1%	11,7%
Vida em Grupo	25,6%	25,7%	23,2%	24,0%

1) O sinistro e comercialização utilizados como base de cálculo estão líquidos de resseguro e calculados sobre prêmios ganhos líquidos de resseguros.

VII - Depósitos de Terceiros

Correspondem basicamente a cobrança antecipada de prêmios e outros depósitos com vencimento até 365 dias.

f) Custos de Aquisição Diferidos

Ramo	30/06/2025	31/12/2024
Prestamista	548.895	533.957
Vida em Grupo	190.934	162.795
Acidentes Pessoais Coletivo	126.631	119.978
Demais Ramos	160.296	134.596
Total	1.026.756	951.326
Circulante	690.160	617.963
Não Circulante	336.596	333.363
Saldo Inicial - 01/01	951.326	834.748
Constituições	921.723	1.660.898
Amortizações	(846.293)	(1.544.320)
Saldo Final	1.026.756	951.326

Prazo de Diferimento do Custo de Aquisição Diferidos - constituída com base na comissão de prêmios de seguros. No cálculo, considera-se o prazo a decorrer tanto dos riscos assumidos e emitidos quanto dos riscos vigentes e não emitidos nas apólices ou endossos dos contratos vigentes, pelo critério "pro rata die".

Os Custos de Aquisição Diferidos de resseguros estão demonstrados na rubrica do Balanço Patrimonial Ativos de Resseguros e Retrocessão.

g) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	370.295
(-) IBNER	108.866
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	(5.260)
Total Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	266.689

IIb - Sinistros judiciais - líquido de resseguro

Data de Cadastro	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2025	Total
No Final do Período de Divulgação	6.574	8.392	9.235	13.069	12.706	
1 Ano Depois	16.952	18.767	24.403	35.103		
2 Anos Depois	22.540	23.993	33.713			
3 Anos Depois	27.226	29.282				
4 Anos Depois	29.169					
Estimativa Corrente	29.169	29.282	33.713	35.103	12.706	
Pagamentos Acumulados até a Data-Base	20.229	18.249	17.680	17.042	3.630	76.830
Passivo Reconhecido no Balanço	8.940	11.033	16.033	18.061	9.076	63.143
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores						81.352
Total de Sinistros Judiciais						144.495

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base em que se tomam judiciais, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

III - Sinistros a Liquidar - Judiciais

	Quantidade		Valor	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Saldo Inicial - 01/01	14.225	8.615	147.031	125.899
Constituições	2.302	8.644	25.023	52.943
Baixa da provisão por êxito, alteração de estimativas ou probabilidades	(423)	(1.256)	(3.977)	(9.578)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	-	-	13.961	18.875
Pagamentos efetuados	(599)	(1.778)	(20.471)	(41.108)
Saldo Final	15.505	14.225	161.567	147.031

O valor de abertura do sinistro judicial refere-se ao valor contábil da data do registro de recebimento da ação baseado na estimativa de perda da seguradora na época, valores brutos de resseguros.

O prazo médio pendente de pagamento dos sinistros judiciais está relacionado ao prazo do desfecho do processo judicial.

h) Ressarcimentos - Ramo: Crédito Interno

Os ressarcimentos referem-se a reembolsos dos prejuízos suportados pela empresa ao indenizar dano causado por terceiros, o quadro abaixo demonstra a respectiva movimentação.

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo Inicial - 01/01	23.172	24.484
Constituições / (Reversões)	9.476	31.282
Realizações	(9.605)	(32.594)
Saldo Final	23.043	23.172

O quadro abaixo demonstra o período das efetivas realizações e a expectativa de realização dos saldos em 30/06/2025.

Realizações			Expectativa de Realização				
jan/25	(1.240)	jul/25	2.238	jan/26	1.333	jul/26 a dez/26	3.367
fev/25	(1.689)	ago/25	1.965	fev/26	1.209	jan/27 a jun/27	1.660
mar/25	(1.266)	set/25	1.767	mar/26	1.176	jul/27 a dez/27	784
abr/25	(1.602)	out/25	1.661	abr/26	1.032	jan/28 a jun/28	160
mai/25	(1.737)	nov/25	1.608	mai/26	860		
jun/25	(2.071)	dez/25	1.480	jun/26	743		
Total	(9.605)						23.043

i) Teste de Adequação de Passivo

A empresa realiza o Teste de Adequação de Passivos semestralmente, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência significativa para reconhecimento de provisão complementar de cobertura em 2025 e 2024. Para o período, os resultados das avaliações realizadas por grupo de contratos antes das compensações foram:

	30/06/2025				31/12/2024			
	PPNG	Registrados PMBAC	PMBC	Fluxos Contratados Não Registrados	PPNG	Registrados PMBAC	PMBC	Fluxos Contratados Não Registrados
Saldo inicial da Provisão Complementar de Cobertura - 01/01	-	-	-	-	-	-	-	-
Teste de Adequação de Passivo e Compensações	3.015.832	85	4.230	1.455.440	2.711.497	88	3.406	1.298.818
Seguros	3.015.829	-	-	1.443.022	2.711.475	-	-	1.286.751
Previdência	3	85	4.230	12.418	22	88	3.406	12.067
(Constituição)/Reversão da Provisão Complementar de Cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final da provisão Complementar de Cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da sua experiência, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *run-off* com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Com relação aos fluxos de resseguro, quando aplicável, os mesmos são obtidos através de uma relação dos fluxos brutos de resseguro.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

- Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro divulgada pela SUSEP.

- Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

- Outras Premissas

Despesas relacionadas, sinistralidade, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

j) Capital para a Atividade de Seguros

Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), Capital Mínimo Requerido (CMR) e Índice de Liquidez

O quadro abaixo demonstra o cálculo da suficiência de capital, de acordo com as resoluções vigentes:

	30/06/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido	4.254.840	3.202.032
(-) Participações Societárias	(77.835)	(75.595)
(-) Despesas Antecipadas	(7.868)	(9.179)
(-) Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias	(302.879)	(318.724)
(-) Ativos Intangíveis ⁽¹⁾	(1.173.312)	(1.173.446)
(-) Imóveis urbanos (e direitos de vendas)	(124.459)	(119.382)
(-) Obras de arte	(208)	(208)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(242.091)	(228.977)
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 1 (a)	2.326.188	1.276.521
% Nível 1 sobre CMR	219,4%	129,4%
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	811.907	718.701
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 2 (b)	811.907	718.701
(+) Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	159.049	147.948
(+) Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado	124.459	119.382
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 3 (c)	283.508	267.330
(-) Excesso ao limite de 15% do CMR para cobertura por PLA de nível 3 (g)	(124.459)	(119.382)
(-) Excesso ao limite de 50% do CMR para cobertura pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 (h)	(565.253)	(492.870)
Ajuste do excesso de Patrimônio Líquido Ajustado de Nível 2 e Nível 3 (d) = menor valor entre (g) e (h)	(565.253)	(492.870)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) = soma de (a), (b), (c) e (d)	2.856.350	1.769.682
Capital Base (e)	15.000	15.000
Capital Adicional de Risco de Subscrição	928.031	844.542
Capital Adicional de Risco de Crédito	84.053	82.360
Capital Adicional de Risco Operacional	21.394	19.350
Capital Adicional de Risco de Mercado	190.921	214.525
Benefício da Correlação entre Risco	(164.075)	(174.455)
Capital de Risco (f)	1.060.324	986.322
Capital Mínimo Requerido (CMR) = maior valor entre (e) e (f)	1.060.324	986.322
Suficiência de Capital (PLA - CMR)	1.796.027	783.360

1) A dedução dos ativos intangíveis considera o ágio por expectativa de rentabilidade futura, líquido da redução ao valor recuperável e das obrigações fiscais diferidas resultantes da diferença temporária associada.

Nota 5 - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

A política contábil sobre provisões, ativos e passivos contingentes está apresentada na Nota 2c VIII.

A empresa, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências

I - Provisões Cíveis e Trabalhistas

	30/06/2025	31/12/2024
Cíveis	50.886	46.905
Trabalhistas	3.821	4.359
Outros Riscos	2.616	3.320
Total	57.323	54.584
Depósitos em Garantia de Recursos	7.802	7.203

No Balanço Patrimonial contempla Depósitos Judiciais de Sinistros no montante de R\$ 26.650 (R\$ 23.105 em 31/12/2024).

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2025	31/12/2024
Obrigações Legais	135.241	132.058
Ações Fiscais e Previdenciárias	66.216	66.411
Total	201.457	198.469
Depósitos em Garantia de Recursos	183.246	178.695

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- PIS – Anterioridade, Nonagesimal e Irretroatividade – R\$ 41.424: pleiteia-se o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 57.078.

- INSS – Autônomos, Administradores e Corretores de Seguros – R\$ 64.977: reivindica-se a não incidência sobre pagamento a autônomos, administradores e corretores, no período da Lei Complementar 84/96, alegando sua inconstitucionalidade. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 64.977.

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 504.906 (R\$ 484.506 em 31/12/2024).

Não existem Ações Trabalhistas de perda possível.

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 1.423.650 (R\$ 1.455.911 em 31/12/2024), sendo as principais discussões descritas a seguir:

- IRPJ e CSLL – Convênio de Rateio de Custos Comuns – R\$ 552.148: discussão sobre a dedução no lucro real sobre o ressarcimento de despesas do Convênio de Rateio de Custos Comuns firmado entre empresas do Conglomerado.
- PIS e COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Inconstitucionalidade – R\$ 344.496: alargamento da base de cálculo das contribuições ao PIS e da COFINS de faturamento para receita bruta promovido pelo §1º do art. 3º.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Usufruto Oneroso de Ações – Regime de Caixa e Competência – R\$ 236.383: em sendo tributável a receita do usufruto oneroso de ações, deve ser aplicado o regime de competência em detrimento do regime de caixa aplicado pela legislação.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 84.182: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

c) Garantias de Contingências

As garantias relativas às discussões judiciais que envolvem a empresa são compostas basicamente por valores que estão vinculados ou depositados no montante de R\$ 448.400 (R\$ 214.927 em 31/12/2024).

Nota 6 - Detalhamento de Contas

a) Sinistros Ocorridos

	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024
Sinistros	(480.727)	(477.637)
Recuperação de Sinistros	1.972	7.057
Ressarcimentos	9.475	13.601
Varição da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	262	(6.627)
Serviços de Assistência	(32.612)	(56.176)
Despesas com Benefícios	(429)	(1.296)
Total	(502.059)	(521.078)

b) Custos de Aquisição

	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024
Comissão sobre Prêmios Emitidos	(638.995)	(528.024)
Varição do Custo de Aquisição Diferido	75.431	41.217
Outros	(282.729)	(259.275)
Total	(846.293)	(746.082)

c) Despesas Administrativas

Referem-se basicamente a Convênio de Rateio de Custos Comuns R\$ (299.585) (R\$ (267.547) de 01/01 a 30/06/2024), que decorrem da utilização da estrutura comum do conglomerado.

d) Resultado Financeiro

	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024
Receitas Financeiras	320.552	273.417
Fundos de Investimentos	252.077	139.499
Depósitos Judiciais	13.609	11.060
Operações de Seguros	9.409	8.706
Títulos Públicos e de Empresas	39.980	89.522
Outras	5.477	24.630
Despesas Financeiras	(55.311)	(31.008)
Atualização de Operações de Seguros e Previdência	(32.424)	(20.996)
Encargos sobre Tributos	(14.498)	(2.279)
Títulos Públicos e de Empresas	(3.544)	(5.710)
Outras	(4.845)	(2.023)
Resultado Financeiro	265.241	242.409

Nota 7 - Tributos

A política contábil sobre imposto de renda e contribuição social está apresentada na Nota 2c VI.

A empresa apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15,00%

a) Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024
Resultado Antes dos Impostos e Participações	1.671.404	1.381.686
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(668.562)	(552.674)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado Patrimonial	1.682	1.512
Incentivos Fiscais	14.060	10.083
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis ⁽¹⁾	16.912	1.606
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(635.908)	(539.473)

1) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	Nota	31/12/2024	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2025
Refletido no Resultado		128.648	(39.879)	37.900	126.669
Ágio na Aquisição do Investimento		8.698	(2.523)	1.682	7.857
Obrigações Legais		15.327	-	-	15.327
Provisões		48.689	(12.996)	14.475	50.168
Provisão para Participação nos Lucros		4.700	(4.700)	2.620	2.620
Provisões para Perdas de Outros Créditos		23.541	(604)	691	23.628
Outras Provisões Indedutíveis		27.693	(19.056)	18.432	27.069
Refletido no Patrimônio Líquido		190.076	(41.598)	27.732	176.210
Ajustes ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e Outros		190.076	(41.598)	27.732	176.210
Total	7c	318.724	(81.477)	65.632	302.879

Os Ativos Fiscais Diferidos estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários, no valor de R\$ 355.407 (R\$ 358.718 em 31/12/2024), e estão representados por Tributos Diferidos R\$ 302.879 (R\$ 318.724 em 31/12/2024) e por Tributos a Compensar R\$ 52.528 (R\$ 39.994 em 31/12/2024).

II - O saldo de Obrigações Fiscais Diferidas e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2024	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2025
Refletido no Resultado	845.696	(2.425)	5.979	849.250
Ativos Intangíveis	777.659	-	-	777.659
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões	53.652	(1.530)	5.382	57.504
Outras	14.385	(895)	597	14.087
Total	845.696	(2.425)	5.979	849.250
Total Líquido	(526.972)	(79.052)	59.653	(546.371)

c) Estimativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%
2025	13.014	4,3%
2026	26.725	8,8%
2027	10.307	3,4%
2028	7.322	2,4%
2029	19.008	6,2%
2030 a 2032	30.687	10,1%
2033 a 2034	195.816	64,8%
Total	302.879	100,0%
Valor Presente ⁽¹⁾	213.670	

1) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de operações de seguros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Nota 8 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por 138.081.175 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 120.645.772 ordinárias e 17.435.403 preferenciais.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) de 31/03/2025, foi deliberado o aumento de capital social em R\$ 280.000, mediante capitalização de Recursos de Lucros, sem emissão de novas ações, em fase de homologação pela SUSEP.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado conforme disposto no Estatuto Social.

Remuneração aos Acionistas

	30/06/2025			30/06/2024		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos	-	-	-	800.000	-	800.000
Dividendos Extraordinários	-	-	-	800.000	-	800.000

Os dividendos provisionados são registrados na rubrica Obrigações a Pagar, quando aplicável.

c) Reservas de Lucros

Eventual excesso de Reservas de Lucros em relação ao Capital Social será distribuído ou capitalizado conforme determinação da próxima AGO/E.

Nota 9 - Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionista direto: ITAUSEG PART e os indiretos: ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sua respectiva agência em Cayman, Itaú Unibanco Participações S.A., Companhia E. Johnston de Participações e Itaúsa S.A.
- Empresas do Grupo - participações diretas da ITAÚ SEGUROS, além das demais empresas e fundos de investimento sob controle do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Outras Partes Relacionadas:
 - Participações diretas e indiretas da Itaúsa S.A., destacando-se: Aegea Saneamento e Participações S.A. e CCR S.A.

	30/06/2025			31/12/2024	
	Controladoras	Empresas do Grupo	Outras Partes Relacionadas	Total	Total
Ativo	130.048	4.909.968	1.497	5.041.513	4.275.892
Aplicações	-	3.826.738	1.497	3.828.235	3.166.048
Outros Ativos	130.048	1.083.230	-	1.213.278	1.109.844
Passivo	(13.717)	(639.104)	-	(652.821)	(575.670)
Outros Passivos	(13.717)	(639.104)	-	(652.821)	(575.670)
		01/01 a 30/06/2025			01/01 a 30/06/2024
Demonstração do Resultado	(61.112)	(881.976)	-	(943.088)	(896.339)
Receitas	-	1.413	-	1.413	990
Despesas	(60.336)	(804.150)	-	(864.486)	(765.319)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(776)	(79.239)	-	(80.015)	(132.010)

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos aos Administradores da empresa são pagos pelo Conglomerado Itaú Unibanco.

Nota 10 - Gerenciamento de Risco

a) Estrutura de Gerenciamento, papéis e responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência privada e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a empresa possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas a esses riscos, no Brasil e exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

b) Riscos das Operações e Subscrição

A empresa oferta seus produtos aos clientes por distribuição *bancassurance* e distribuição direta. Os produtos de seguros de vida, acidentes pessoais são majoritariamente distribuídos pela operação *bancassurance*.

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações podem resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida individual e vida com cobertura de sobrevivência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro, risco comportamental e risco de subscrição.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (Vida com Cobertura de Sobrevivência, em sua maioria) e ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato carregam um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

Os riscos de seguros e previdência, decorrem de perdas que contrariem as expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING atreladas as operações de produtos comercializados nas supervisionadas SUSEP.

No risco de subscrição decorre do uso de metodologias e/ou premissas na precificação dos produtos, as quais podem se materializar de formas diferentes, contrariando as expectativas do produto ofertado: (i) Seguros é resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas de precificação; e (ii) Previdência Privada é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica da empresa, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

I - Efeito das mudanças nas premissas atuariais

Teste de sensibilidade

Para mensurar o efeito de mudanças nas premissas atuarias, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do período e o patrimônio líquido da data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se altera uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras.

- Tábuas biométricas para medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.
- Taxa de juros livre de risco (ETTJ) divulgada pela SUSEP, para descontar precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.
- Taxa de conversão em renda para medir a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria.
- Sinistralidade, para estimar o fluxo de caixa de sinistros oriundos dos contratos de seguros assumidos.

Os resultados encontrados no teste de sensibilidade abaixo demonstram a variação das estimativas correntes antes das compensações do Teste de Adequação do Passivo (TAP).

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ⁽¹⁾					
	30/06/2025			31/12/2024		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros		Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros	
Taxa de Mortalidade						
Acréscimo de 5%	82	(11.957)	(11.942)	77	(12.645)	(12.630)
Decréscimo de 5%	(85)	12.376	12.361	(80)	13.076	13.060
Taxa de Juros Livre de Risco						
Acréscimo de 0,1 p.p.	91	1.512	1.602	92	1.635	1.709
Decréscimo de 0,1 p.p.	(93)	(1.540)	(1.630)	(94)	(1.663)	(1.737)
Taxas de Conversão em Renda						
Sinistros						
Acréscimo de 5%	-	(51.307)	(49.174)	-	(49.259)	(47.049)
Decréscimo de 5%	-	51.307	49.174	-	49.259	47.049

1) Valores Líquidos dos efeitos tributários.

II - Concentração de Riscos

Para a empresa não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição.

Gestão de Risco Antes e Depois de Resseguro dos Maiores Ramos de Atuação

	Prêmios Emitidos		Resseguros		Prêmios Retidos	
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024
Vida em Grupo	672.919	476.572	4	591	672.923	477.163
Acidentes Pessoais Coletivo	583.711	504.640	-	5	583.711	504.645
Prestamista	958.743	855.047	(3)	-	958.740	855.047
Seguro Habitacional - Apólices Mercado Prestamista	426.138	356.907	(5.266)	(4.285)	420.872	352.622
Acidentes Pessoais Individual	55.183	59.758	-	-	55.183	59.758
Riscos Diversos	411.392	356.289	-	-	411.392	356.289
Rendas Eventos Aleatórios	130.755	107.064	-	-	130.755	107.064
Doenças Graves ou Terminais	198.953	114.096	-	-	198.953	114.096
Demais Ramos	301.426	251.699	(23.644)	(21.241)	277.782	230.458
Total	3.739.220	3.082.072	(28.909)	(24.930)	3.710.311	3.057.142

Gestão de Risco Antes e Depois de Resseguro Subdividido por Área Geográfica

	Prêmios Emitidos		Resseguros, líquido de comissão		Prêmios Retidos	
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024
Sudeste	3.035.837	2.434.196	(22.055)	(17.773)	3.013.782	2.416.423
Sul	305.539	275.543	-	(93)	305.539	275.450
Nordeste	170.747	155.426	-	(17)	170.747	155.409
Centro Oeste	157.630	148.729	-	(144)	157.630	148.585
Norte	64.623	59.987	-	(28)	64.623	59.959
Riscos Vigentes e Não Emitidos (sem distribuição regional)	4.844	8.191	109	(52)	4.953	8.139
Total	3.739.220	3.082.072	(21.946)	(18.107)	3.717.274	3.063.965

c) Risco Operacional, Mercado, Crédito e Liquidez

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A empresa classifica internamente seus eventos de risco em: fraude interna, fraude externa, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso, interrupção das atividades, falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI), falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. A empresa possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, conseqüentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

II - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN 4.557 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de: proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo, aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados, fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio e monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e controle de perdas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança.
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos).
- Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*): impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador.
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor justo ("*MtM - Mark to Market*").

Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*) em relação às operações de seguros:

Classe	30/06/2025		31/12/2024	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	750.371	(489)	748.226	(451)
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	34.501	(17)	-	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	25.842	(10)	21.805	(9)
Títulos Privados				
Indexado a PRÉ	8.107	(1)	10.817	(1)
Ações	465.448	4.654	439.697	4.397
Ativos Pós-Fixados	2.224.752	-	2.306.337	-
Compromissadas Over	1.534.715	-	943.882	-
Total	5.043.736		4.470.764	

O saldo contábil está apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações, exceto as aplicações de VGBL no montante de R\$ 313.140 (R\$ 310.762 em 31/12/2024) e na rubrica Outros Créditos Operacionais - Títulos e Créditos a Receber no montante de R\$ 79.491 (R\$ 74.224 em 31/12/2024), referente a bloqueios judiciais.

III - Risco de Liquidez

A empresa identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, a empresa efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo	30/06/2025			31/12/2024		
		Valor do Passivo ⁽¹⁾	Duration (meses) do Passivo	Duration (meses) do Ativo	Valor do Passivo ⁽¹⁾	Duration (meses) do Passivo	Duration (meses) do Ativo
Operações de Seguros	Ativo Garantidor						
Prêmios não Ganhos (PPNG)		4.813.962	48,1	23,6	4.376.027	48,0	23,6
Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR), Despesas Relacionadas (PDR) e Sinistros a Liquidar (PSL)	Certificados de Depósito Bancário (CDB) Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	613.053	48,1	23,6	627.770	48,0	23,6
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	Debêntures	72.531	13,2	23,6	20.093	13,3	23,6
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBAC / PMBC)	Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE) Letras Financeiras (LF)	14.077	169,6	23,6	13.969	168,5	23,6
Subtotal	Letras Financeiras do Tesouro (LFT) Letras do Tesouro Nacional (LTN) Títulos Privados	5.513.623			5.037.859		
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual							
Despesas Relacionadas (PDR)		150	98,7	23,6	152	105,1	23,6
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)		682	13,2	23,6	744	13,3	23,6
Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)		13.280	98,7	60,5	12.292	105,1	60,5
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) - PGBL / VGBL		312.351	169,6	60,5	310.059	168,5	60,5
Subtotal		326.463			323.247		
Total Provisões Técnicas		5.840.086			5.361.106		

¹⁾ Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro.

IV - Risco de Crédito

A empresa entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Assim, para um contrato de seguro, o risco de crédito inclui o risco de que a seguradora venha a incorrer em perda financeira devido ao não cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato, decorrente da insolvência ou falta de liquidez das resseguradoras, segurados e emissores de ativos financeiros.

IV.I – Resseguradores

As operações de resseguro são controladas por meio de política interna. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”.

As operações de prêmios emitidos de resseguros estão representadas basicamente por IRB Brasil Resseguros S.A. (local) com 24% (17% em 31/12/2024), Austral Resseguradora S.A. (local) com 19% (5% em 31/12/2024), Everest Reinsurance Company (admitida) com 15% (16% em 31/12/2024), Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros (local) com 14% (27% em 31/12/2024), MS Amlin Insurance SE (eventual) com 4% (8% em 31/12/2024) e outras Resseguradoras com 24% (16% em 31/12/2024), Siriuspoint International Insurance Corp. 11% em 31/12/2024.

IV.II – Prêmios a receber

Para o risco de crédito decorrente dos prêmios vencidos, a empresa considera irrelevante, uma vez que os casos com pagamento de cobertura inadimplentes, segundo a regulamentação brasileira, podem ser cancelados. Ademais, a empresa possui metodologia própria para provisionar o valor recuperável de prêmios de seguros. Esta metodologia permite uma redução no valor recuperável no caso de prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices que não tenham sido canceladas. O comportamento deste risco é monitorado trimestralmente quando ocorre a atualização do modelo.

Para visão detalhada da exposição ao risco de prêmios a serem recebidos consultar Nota 4 – Contrato das Operações.

IV.III – Aplicações

A exposição ao risco de crédito, decorrente de títulos privados utilizados como ativos garantidores para as provisões técnicas, são monitorados diariamente, por área independente à área de investimentos. O limite de exposição é aprovado em comitês superiores e reportado diariamente a aderência à área de risco de crédito e investimento.

Para visão detalhada da exposição ao risco de crédito de aplicações consultar Nota 3 – Aplicações.

Os documentos “Relatório de Acesso Público”, que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, e não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

Nota 11 - Informações Suplementares

a) Comitê de Auditoria Único

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432, de 12/11/2021, a empresa aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição Líder ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição Líder.